

São José das Palmeiras, 03 de Junho de 2019.

DE: SECRETARIA DA SAÚDE  
PARA: SETOR DE FINANÇAS

Prezado Senhor;

Solicito que informe a dotação orçamentária para contratação de empresa especializada para prestar serviços médicos de clinico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras.

Cordialmente;

**ERONISES FERNANDES DA SILVA**  
**Secretário Municipal de Saúde**

São José das Palmeiras, 07 de Junho de 2019.

De: Setor de Finanças  
Para: Secretaria de Saúde

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção à solicitação expedida por Vossa Excelência, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para pagamento das obrigações para contratação de empresa especializada para prestar serviços médicos de clinico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras, sendo que o pagamento será efetuado através da seguinte dotação orçamentária.

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2019	2470	06.002.10.302.0007.2047	303	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
2019	2471	06.002.10.302.0007.2047	494	3.3.90.34.00.00	Do Exercício

Cordialmente;

Aparecida Conceição Sant Ana Ribeiro  
Secretária de Finanças

## **SOLICITAÇÃO**

**DA: SECRETARIA DE SAÚDE**  
**PARA: PREFEITO MUNICIPAL**

### **1 – OBJETO:**

Contratação de empresa especializada para prestar serviços médicos de clínico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras.

### **2 – JUSTIFICATIVA:**

É dever do Município garantir a sua população o direito a saúde, que abrange o atendimento médico, bem como o diagnóstico através de exames. Dessa forma, é necessário disponibilizar o atendimento médico, com a finalidade de garantir o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Pretende-se com a contratação garantir o atendimento médico-hospitalar de toda a população em local. A contratação dos serviços médico acima mencionado, faz-se necessário para atender a demanda junto a Secretaria Municipal de Saúde, proporcionando assim a continuidade e a ampliação na prestação dos serviços públicos essenciais ao Município de São José das Palmeiras/PR.

Ainda, é importante destacar que houve realização de concurso público para contratação de médico clínico geral, contudo, ainda que tenham sido convocados todos os aprovados, não houve nenhum interessado em assumir o cargo.

Dessa forma, nota-se que a realização de tal procedimento, em caráter de exceção, se faz necessário para que o atendimento médico não seja prejudicado até a realização do próximo concurso público.

### **3 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

O Critério de julgamento será o menor preço unitário por item.

### **4 - DAS ESPECIFICAÇÕES/VALORES REFERENCIAIS:**

Item	Quant.	Especificação dos serviços	Valor Definido
1	3.750	Atendimento médico de clínico em geral no Posto de Saúde do Município de São José das Palmeiras, através da realização de até 25 (vinte e cinco) consultas diárias, não acumuláveis, na hipótese de não serem prestadas.	21,00

Este documento contém o mesmo teor do original assinado

## **5 - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Os serviços deverão ser realizados no Posto de Saúde do Município de São José das Palmeiras, especificamente no período da manhã, das 8:30 às 11:30.

## **6 – DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS:**

O acompanhamento do serviço médico será realizado pela servidora a **Sra. Marisa Mendes de Araújo**, através de visitas periódicas, bem como fiscalização das notas fiscais emitidas, em relação ao relatório de atendimento fornecido pela empresa contratada, confrontando, ainda, tais documentos com o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), conhecido como prontuário eletrônico do SUS (Sistema Único de Saúde).

## **7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a) Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas e Relatório de Atendimento;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;
- c) Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;
- d) Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos serviços médicos, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;
- e) Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
- f) Verificação e fiscalização dos serviços prestados;

## **8 – DO PAGAMENTO:**

O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da prestação do (s) serviço (s), subsequente ao da prestação de serviços, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

- 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços;
- 2) Certidão Negativa de Débitos do INSS;
- 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 4) - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
- 5) Relatório de Atendimentos;

## **9 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação (ões)

Este documento contém o mesmo teor do original assinado

orçamentária(s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2019	2470	06.002.10.302.0007.2047	303	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
2019	2471	06.002.10.302.0007.2047	494	3.3.90.34.00.00	Do Exercício

#### **11 - DA AUTENTICIDADE DOS ORÇAMENTOS:**

Pelo presente declaro que os orçamentos Clinica de Medicina e Fisioterapia Reston Ltda, FHC Clinica Medica Ltda – EPP e Enzo Napoli Hamamoto, foram por mim recebidos e rubricados, passando integrar o presente Termo de Referência.

#### **12 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**

Como condição de classificação, poderá (ao) o Senhor Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitação promover, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 diligencias que entender necessárias.

São José das Palmeiras, 24 de Junho de 2019.

#### **RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ERONISES FERNANDES**  
Secretaria Municipal de Saúde

São José das Palmeiras, 27 de Junho de 2019.

De: Gabinete do Prefeito  
Para: Comissão Permanente de licitação

Prezado Senhor;

Em vista da solicitação da Secretaria de Saúde, visando Contratação de empresa especializada para prestar serviços médicos de clinico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras, e, considerando que todos os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2017 não manifestaram interesse em assumir a vaga, fica Vossa Senhoria autorizado a dar prosseguimento à abertura de processo de licitação, consoante com a Lei 8.666/93.

Atenciosamente;

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal

DA: ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre Pregão Presencial n.º 023/2019.

Por determinação do Senhor Prefeito Municipal e Secretaria de Saúde, referente ao Pregão Presencial n.º 023/2019, em que transcorre o procedimento licitatório nesta modalidade, do tipo "menor preço", para Contratação de empresa especializada para prestar serviços médicos de clínico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras, que faz parte deste Pregão Presencial veio a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico quanto à minuta do instrumento de Pregão Presencial, face ao contido no parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93.

Inicialmente, antes de manifestar-se juridicamente, cabe ponderar as dificuldades vivenciadas pelos municípios pequenos para contratação de médicos para atendimento da população local.

A Constituição Federal de 1988 estabelece como regra a contratação de servidores através de concurso público, sendo considerada ferramenta idônea, que consolida a aplicação do princípio da moralidade nas contratações pessoais públicas.

Contudo, os municípios menores, diante das dificuldades financeiras, não possuem condições de oferecer salários atrativos para tal categoria, tendo em vista que os salários dos servidores jamais pode ultrapassar o vencimento do Prefeito Municipal, o qual atualmente ocupa a cifra bruta de R\$ 8.836,29 (oito mil oitocentos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos).

Neste sentido, observa-se que administração desincumbiu-se de sua obrigação, já que fora realizado o Concurso Público n.º 001/2017 para contratação de tal profissional, contudo, ainda que todos candidatos aprovados tenham sido convocados, nenhum manifestou interesse em assumir tal vaga.

Ainda, é importante ressaltar, que diante da urgência da manutenção do serviço público, seria oportuno a realização de processo seletivo temporário, contudo, o município já fora advertido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, especificamente no Processo n.º 30172/2016, acerca de irregularidades na Lei Municipal que regulamenta tal procedimento (PCT).

Em tal oportunidade, o Ministério Público de Contas do Estado do Paraná indicou que tal norma afronta ao art. 27, II, da Constituição Estadual, já que prevê a avaliação dos candidatos mediante exame de currículo.

É claro que tal situação é um descompasso com a prática do Governo Estadual, já que este promove anualmente a contratação temporária de milhares de professores, apenas com a avaliação curricular dos profissionais.

Em suma, o Tribunal de Contas indicou que o município necessita regulamentar o Processo Seletivo Temporário, a fim de que esteja em consonância com a norma estadual, e, que preveja adequadamente a forma de seleção por provas.

Pois bem. Diante de tais fatos, se faz necessário considerar:

- a) O lapso de tempo necessário para regulamentação de tal norma, em sintonia com o apontamento do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná;
- b) O lapso de tempo necessário para aprovação de tal norma na Câmara de Vereadores do Município, e;
- c) A necessidade de manutenção dos atendimentos médicos no município, para que não haja prejuízo à população;

Examinadas tais circunstâncias, nota-se que não resta alternativa legal ao gestor público, senão a realização de contratação através desta modalidade, já que pelo princípio da continuidade do serviço público, a interrupção da prestação do serviço médico, para regulamentação de lei e realização de processo seletivo, acarretaria graves danos à saúde da população do município.

Por outro lado, percebe-se que tal certame visa a contratação mas rápida e menos penosa, permitindo que haja participação irrestrita de profissionais interessados, até que seja realizada a contratação por intermédio de concurso público.

Dessa forma, recomenda-se que o presente procedimento estabeleça prazo máximo de 6 (seis) meses, a fim de que a



administração realize concurso público para contratação de servidor efetivo, e, que haja efetiva regulamentação da norma de contratação temporária.

Assim, examinada a minuta referida e encartada, entendemos que guardam regularidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, visto que presente as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações.

Quanto ao objeto pretendido pela Administração - aquisição de bens e serviços comuns, tem-se que este objeto é compatível com o Pregão, nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.

Desta forma, a minuta pode ser adotada. Restituam-se os autos à Secretaria responsável.

São José das Palmeiras, 03 de Julho de 2019.

**Herbert Correa de Barros**  
Advogado do Município